

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contabil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP**  
Palotina/PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP  
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.877.482</b>	<b>1.676.412</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.040.894</b>	<b>761.737</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	25.920	18.014	DEPÓSITOS (NOTA 11)	492.291	269.871
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	678.732	781.022	Depósitos à Vista	288.002	238.648
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	18	Depósitos Interfinanceiros	185.063	-
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	144	767	Depósitos a Prazo	19.226	31.223
Correspondentes no país	2.691	2.202	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	394.988	369.484
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	675.897	778.035	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	124
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	1.041.582	790.986	Repesses Interfinanceiros (NOTA 12)	394.986	369.360
Operações de Crédito	1.088.116	828.278	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.966	2.209
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(46.534)	(37.292)	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.966	2.209
OUTROS CRÉDITOS	99.706	68.594	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	13	17.527
Créditos por Avais e Fianças Honorados (NOTA 07)	104	1.691	Empréstimos País - Outras Instituições	13	17.527
Rendas a Receber	4.473	3.671	OUTRAS OBRIGAÇÕES	149.636	102.646
Diversos (NOTA 07)	96.637	65.107	Cobrança e Arrecadação de Tributos	716	524
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.508)	(1.875)	Sociais e Estatutárias	19.298	15.464
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	31.542	17.796	Fiscais e Previdenciárias	3.248	2.909
Outros Valores e Bens	31.329	17.458	Diversas (NOTA 14)	126.374	83.749
(Provisão para desvalorização)	(143)	(82)			
Despesas Antecipadas	356	420			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>973.334</b>	<b>604.946</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.466.995</b>	<b>1.220.484</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	973.334	604.946	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.466.995	1.220.484
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	113.986	3.506	DEPÓSITOS (NOTA 11)	1.241.642	1.114.056
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	113.986	3.506	Depósitos Interfinanceiros	58.746	174.006
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	733.741	493.890	Depósitos a Prazo	1.182.896	940.050
Operações de Crédito	763.045	515.197	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	162.061	93.808
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(29.304)	(21.307)	Repesses Interfinanceiros	162.061	93.808
OUTROS CRÉDITOS	2.428	8	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	20.672	-
Diversos (NOTA 07)	3.414	778	Empréstimos País - Outras Instituições	20.672	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(986)	(770)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	42.620	12.620
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	196	321	Diversas	42.620	12.620
Despesas Antecipadas	196	321	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>342.927</b>	<b>299.137</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	52.292	42.296	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	142.566	124.433
Outros Investimentos	52.292	42.296	De Domiciliados no País	142.737	124.592
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	59.479	52.572	(Capital a Realizar)	(171)	(159)
Outras Imobilizações de Uso	93.681	75.894	RESERVAS DE SOBRAS	188.164	161.737
(Depreciação acumulada)	(34.202)	(23.322)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.197	12.967
INTANGÍVEL (NOTA 10)	11.212	12.353			
Outros Ativos Intangíveis	23.804	22.152			
(Amortização acumulada)	(12.592)	(9.799)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.850.816</b>	<b>2.281.358</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.850.816</b>	<b>2.281.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP**  
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>173.400</b>	<b>79</b>	<b>173.479</b>	<b>319.897</b>	<b>131</b>	<b>320.028</b>	<b>254.638</b>	<b>87</b>	<b>254.725</b>
Operações de Crédito	172.944	79	173.023	319.232	131	319.363	254.361	87	254.448
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	339	-	339	447	-	447	192	-	192
Resultado das Aplicações Compulsórias	117	-	117	218	-	218	85	-	85
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(72.829)</b>	<b>(112)</b>	<b>(72.941)</b>	<b>(154.857)</b>	<b>(191)</b>	<b>(155.048)</b>	<b>(118.332)</b>	<b>(123)</b>	<b>(118.455)</b>
Operações de Captação no Mercado	(37.509)	(111)	(37.620)	(71.664)	(205)	(71.869)	(52.058)	(136)	(52.194)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.119)	(1)	(14.120)	(28.077)	(1)	(28.078)	(26.702)	-	(26.702)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.201)	-	(21.201)	(55.116)	15	(55.101)	(39.572)	13	(39.559)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>100.571</b>	<b>(33)</b>	<b>100.538</b>	<b>165.040</b>	<b>(60)</b>	<b>164.980</b>	<b>136.306</b>	<b>(36)</b>	<b>136.270</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(65.034)</b>	<b>8.659</b>	<b>(56.375)</b>	<b>(116.649)</b>	<b>15.118</b>	<b>(101.531)</b>	<b>(82.732)</b>	<b>12.121</b>	<b>(70.611)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	14.176	20.808	34.984	29.549	39.363	68.912	25.328	30.595	55.923
Rendas de Tarifas Bancárias	14.566	-	14.566	28.235	-	28.235	24.160	-	24.160
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(42.927)	(3.999)	(46.926)	(80.621)	(8.381)	(89.002)	(69.740)	(6.144)	(75.884)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(50.740)	(5.901)	(56.641)	(99.481)	(11.248)	(110.729)	(80.159)	(9.104)	(89.263)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(688)	(1.101)	(1.789)	(1.226)	(2.078)	(3.304)	(732)	(1.591)	(2.323)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	27.664	611	28.275	57.394	834	58.228	63.517	1.420	64.937
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(27.085)	(1.759)	(28.844)	(50.499)	(3.372)	(53.871)	(45.106)	(3.055)	(48.161)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>35.537</b>	<b>8.626</b>	<b>44.163</b>	<b>48.391</b>	<b>15.058</b>	<b>63.449</b>	<b>53.574</b>	<b>12.085</b>	<b>65.659</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>90</b>	<b>64</b>	<b>154</b>	<b>8</b>	<b>57</b>	<b>65</b>	<b>(383)</b>	<b>150</b>	<b>(233)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>35.627</b>	<b>8.690</b>	<b>44.317</b>	<b>48.399</b>	<b>15.115</b>	<b>63.514</b>	<b>53.191</b>	<b>12.235</b>	<b>65.426</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(93)</b>	<b>(93)</b>	<b>-</b>	<b>(1.942)</b>	<b>(1,942)</b>	<b>-</b>	<b>(158)</b>	<b>(158)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(41)	(41)	-	(1.202)	(1.202)	-	(52)	(52)
Provisão para Contribuição Social	-	(52)	(52)	-	(740)	(740)	-	(106)	(106)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(7.743)</b>	<b>-</b>	<b>(7.743)</b>	<b>(12.824)</b>	<b>-</b>	<b>(12,824)</b>	<b>(9,800)</b>	<b>-</b>	<b>(9,800)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>27.884</b>	<b>8.597</b>	<b>36,481</b>	<b>35,575</b>	<b>13,173</b>	<b>48,748</b>	<b>43,391</b>	<b>12,077</b>	<b>55,468</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13,173</b>	<b>(13,173)</b>	<b>-</b>	<b>12,077</b>	<b>(12,077)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>27,884</b>	<b>8,597</b>	<b>36,481</b>	<b>48,748</b>	<b>-</b>	<b>48,748</b>	<b>55,468</b>	<b>-</b>	<b>55,468</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36,551)</b>	<b>-</b>	<b>(36,551)</b>	<b>(42,501)</b>	<b>-</b>	<b>(42,501)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.091)	-	(8.091)	(7.420)	-	(7.420)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.033)	-	(2.033)	(2.161)	-	(2.161)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(26.427)	-	(26.427)	(28.095)	-	(28.095)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(4.825)	-	(4.825)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12,197</b>	<b>-</b>	<b>12,197</b>	<b>12,967</b>	<b>-</b>	<b>12,967</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>109.733</b>	<b>128.817</b>	<b>10.948</b>	<b>249.498</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.860	-	(10.860)	-
Outras destinações	-	-	(88)	(88)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.776	-	-	2.776
Baixas de capital	(6.250)	-	-	(6.250)
Resultado do período	-	-	55.468	55.468
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.161)	(2.161)
Reserva Legal - Estatutária	-	28.095	(28.095)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.314	-	(7.420)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.825	(4.825)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>124.433</b>	<b>161.737</b>	<b>12.967</b>	<b>299.137</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>14.700</b>	<b>32.920</b>	<b>2.019</b>	<b>49.639</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>124.433</b>	<b>161.737</b>	<b>12.967</b>	<b>299.137</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	12.854	-	(12.854)	-
Outras destinações	-	-	(113)	(113)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.837	-	-	2.837
Baixas de capital	(5.511)	-	-	(5.511)
Resultado do período	-	-	48.748	48.748
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.033)	(2.033)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.427	(26.427)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.953	-	(8.091)	(138)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>142.566</b>	<b>188.164</b>	<b>12.197</b>	<b>342.927</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>18.133</b>	<b>26.427</b>	<b>(770)</b>	<b>43.790</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>135.459</b>	<b>161.737</b>	<b>12.267</b>	<b>309.463</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	1.532	-	-	1.532
Baixas de capital	(2.378)	-	-	(2.378)
Resultado do período	-	-	36.481	36.481
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.033)	(2.033)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.427	(26.427)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.953	-	(8.091)	(138)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>142.566</b>	<b>188.164</b>	<b>12.197</b>	<b>342.927</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.107</b>	<b>26.427</b>	<b>(70)</b>	<b>33.464</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP**  
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>42.513</b>	<b>80.587</b>	<b>76.169</b>
Resultado do semestre/exercício	36.481	48.748	55.468
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>6.032</b>	<b>31.839</b>	<b>20.701</b>
Provisão para operações de crédito	522	17.239	12.918
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	61	(78)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(1.098)	(151)	711
Depreciação do imobilizado de uso	6.937	13.213	8.434
Amortização do intangível	1.459	2.793	2.394
Baixas do ativo permanente	177	298	492
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	191	247	(2.049)
Destinações ao FATES	(2.033)	(2.033)	(2.161)
Dividendos SicrediPar	(123)	172	40
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>62.215</b>	<b>(139.828)</b>	<b>202.625</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(109.371)	(110.480)	(592)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	13.271	18	(2)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	797	623	(471)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(598)	(489)	19
(Aumento) em operações de crédito	(317.351)	(507.686)	(380.337)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	122.650	93.757	112.993
(Aumento) em outros créditos	(26.149)	(33.554)	(18.929)
(Aumento) em outros valores e bens	(10.861)	(13.682)	(6.967)
Aumento em depósitos	318.697	350.007	471.927
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.289	1.757	(160)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	20.685	3.158	3.022
Absorção de dispêndios pelo FATES	(267)	(2.161)	(1.825)
Aumento em outras obrigações	49.423	78.904	23.947
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>104.728</b>	<b>(59.241)</b>	<b>278.794</b>
Aquisição de Investimentos	(9.996)	(9.996)	(3.164)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.716)	(20.418)	(38.226)
Aplicações no Intangível	(541)	(1.652)	(5.511)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(18.253)</b>	<b>(32.066)</b>	<b>(46.901)</b>
Integralização de capital	1.532	2.837	2.776
Baixa de capital	(2.378)	(5.511)	(6.250)
Juros ao capital próprio	(138)	(138)	(106)
Distribuição de Sobras	-	(113)	(88)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(984)</b>	<b>(2.925)</b>	<b>(3.668)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>85.491</b>	<b>(94.232)</b>	<b>228.225</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	616.326	796.049	567.824
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	701.817	701.817	796.049

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de Janeiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

#### **k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	25.920	18.014
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	675.897	778.035
Total	701.817	796.049

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	113.986	3.506
DI entre Banco e Cooperativas (i)	113.986	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.506
Total não circulante	113.986	3.506

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	514.645	420.593	935.238	633.393
Financiamentos	136.526	205.478	342.004	246.840
Financiamentos rurais e agroindustriais	436.945	136.974	573.919	463.242
Carteira total	1.088.116	763.045	1.851.161	1.343.475

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	104	-	104	1.691
Devedores por compra de valores e bens	554	3.395	3.949	820
Títulos e créditos a receber (i)	87.177	19	87.196	54.351
Total	87.835	3.414	91.249	56.862

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	1.370	-	-	-
Nível A	0,50	739.181	524.369	3.696	2.622
Nível B	1,00	793.988	580.423	7.939	5.804
Nível C	3,00	250.895	171.216	7.527	5.136
Nível D	10,00	83.043	63.660	8.304	6.366
Nível E	30,00	23.615	16.958	7.085	5.087
Nível F	50,00	7.527	10.768	3.764	5.384
Nível G	70,00	9.248	6.994	6.474	4.896
Nível H	100,00	33.543	25.949	33.543	25.949
Total		1.942.410	1.400.337	78.332	61.244

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	16.683	157.108	234.952	356.595	765.338	517.939
Rural	545	49.315	387.085	136.974	573.919	463.242
Industrial	456	11.009	17.299	27.700	56.464	46.084
Comércio	4.414	58.683	91.364	121.834	276.295	206.795
Outros Serviços	3.031	55.371	88.636	123.356	270.394	166.277
Total	25.129	331.486	819.336	766.459	1.942.410	1.400.337

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	114.770	5,91	101.494	7,25
50 devedores seguintes	162.120	8,35	133.833	9,56
100 devedores seguintes	165.036	8,50	124.403	8,88
Demais	1.500.484	77,24	1.040.607	74,31
Total	1.942.410	100	1.400.337	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	61.244	47.615
Constituição de provisão	55.101	39.559
Movimentação de baixados para prejuízo	(38.013)	(25.930)
Saldo final	78.332	61.244

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 12.872 (2018 - R\$ 9.042), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 23.749 (2018 - R\$ 15.437).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	1.873	2.015
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.966	1.250
Devedores por compra de valores e bens	554	50
Devedores por depósitos em garantia	2.357	1.636
Impostos e contribuições a compensar	234	393
Títulos e créditos a receber (ii)	87.177	54.343
Operações com cartões	1.064	1.384
Pendências a regularizar	368	1.750
Outros	1.044	2.286
Total Circulante	96.637	65.107

Devedores por compra de valores e bens	3.395	770
Títulos e créditos a receber (ii)	19	8
Total não circulante	3.414	778

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	31.329	17.458
Imóveis	31.249	17.268
Veículos e afins	80	55
Bens em regime especial	-	135
Despesas antecipadas	356	420
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(143)	(82)
Total Circulante	31.542	17.796

Despesas antecipadas	196	321
Total não circulante	196	321

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 143 (2018 - R\$ 82) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	33.224	23.940
Sicredi Participações S.A.	19.035	18.323
Outras Participações e Investimentos	33	33
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Outros Investimentos	30	30
<b>Total</b>	<b>52.292</b>	<b>42.296</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.417.408 ON	5.953.638 ON	3	3	33.224.064	23.940.433
	13.329.277 PN	12.369.037 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,88%	2,08%	1,86%	1,86%	10,48%	10,53%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	19.035	18.323	3	3	33.224	23.940

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	93.681	(34.202)	59.479	52.572
Imobilizações em curso	-	2.502	-	2.502	7.223
Instalações	10%	44.916	(17.059)	27.857	20.845
Móveis e equipamentos de uso	10%	19.385	(5.306)	14.079	12.497
Sistema de comunicação	10%	1.927	(411)	1.516	1.171
Sistema de processamento de dados	20%	21.210	(10.145)	11.065	8.678
Sistema de segurança	10%	3.033	(812)	2.221	1.793
Sistema de transporte	20%	708	(469)	239	365
Intangível (i)		23.804	(12.592)	11.212	12.353
Investimentos Confederação		23.804	(12.592)	11.212	12.353
<b>Total</b>		<b>117.485</b>	<b>(46.794)</b>	<b>70.691</b>	<b>64.925</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	288.002	-	-	288.002	238.648
Depósitos Interfinanceiros	-	185.063	58.746	243.809	174.006
Depósitos a prazo	8.380	10.846	1.182.896	1.202.122	971.273
<b>Total</b>	<b>296.382</b>	<b>195.909</b>	<b>1.241.642</b>	<b>1.733.933</b>	<b>1.383.927</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	394.986	369.360
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	394.986	369.360
<b>Total circulante</b>	<b>394.986</b>	<b>369.360</b>
Recursos do Crédito Rural	162.061	93.808
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	162.061	93.808
<b>Total não circulante</b>	<b>162.061</b>	<b>93.808</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/03/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	13	17.527
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	17.527
Outras instituições	13	-
Total circulante	13	17.527
Empréstimos no País - outras instituições	20.672	-
Outras instituições	20.672	-
Total não circulante	20.672	-

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	17.808	6.143
Obrigações por convênios oficiais	18	14
Provisão para pagamentos a efetuar	7.567	7.266
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	3.017	2.770
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5.495	5.074
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	523	594
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (iii)	851	-
Pendências a regularizar	385	3.018
Operações com cartões	83.347	53.809
Demais fornecedores	2.026	2.005
Credores diversos	5.337	3.056
Total circulante	126.374	83.749
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	12.620	12.620
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (iii)	30.000	-
Total não circulante	42.620	12.620

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de avançar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em janeiro de 2019 com vencimento em janeiro de 2028 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

**NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	959	602	(590)	971
Cível	1.402	382	(270)	1.514
Tributária	409	123	-	532
Total	2.770	1.107	(860)	3.017

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	971	959
Cível	Provável	1.514	1.402
Tributária	Provável	532	409
Total		3.017	2.770

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.056; R\$ 2.055; R\$ 446 (2018 - R\$ 1.544, R\$ 1.884 e R\$ 524), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	142.566	124.433
Total de associados	158.377	131.679

Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 18.133 (2018 – R\$ 14.700), sendo R\$ 20.807 (2018 – R\$ 18.174) via integralização de resultados e R\$ 2.837 (2018 – R\$2.776), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.511 (2018 – R\$ 6.250).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,12% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.091, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	50.690	55.626
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(20.276)	(23.363)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	62	36
Provisão resgate de milhas cartão	34	(176)
Brindes e Doações	(90)	(61)
Provisão PPR	(80)	173
Receita com atos cooperativos	14.230	18.224
Juros sobre capital próprio	3.236	3.116
Prejuízo fiscal	869	589
Lucros e dividendos	48	124
Outros	25	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.156
Subtotal	18.334	23.205
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.942)	(158)

**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	113.986	3.506
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	675.897	778.035
Outros Créditos - Rendas a receber	3.601	3.005
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.728	2.108
Investimentos (Nota 09)	52.262	42.266
Intangível (Nota 10)	11.212	12.353
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros	58.746	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	557.047	463.168
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	20.685	17.527
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	82.050	51.719
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	13.143	13.214
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	447	192
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	20.674	17.035
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	45.191	43.476
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	1.668	-
Operações de Empréstimos e Repasses	28.078	26.702
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	8.045	6.477
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	25.631	22.642



**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	436	0,15%	870
Depósitos a prazo	3.785	0,31%	3.361
Operações de crédito	10.530	0,57%	9.573

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	9.167	6.778

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	2.648	1.821
Despesa de aluguéis	15.997	11.460
Despesa de comunicação	4.844	4.318
Despesa de manutenção e conservação	2.555	2.189
Despesa de material	1.501	1.452
Despesa processamento dados	2.656	1.941
Despesa de promoções e relações públicas	8.641	8.060
Despesa de propaganda e publicidade	2.309	2.281
Despesa de seguro	827	681
Despesa de serviços do sistema financeiro	7.934	7.489
Despesa de serviços de terceiros	11.548	7.577
Despesa de serviços de vigilância e segurança	5.885	4.612
Despesa de serviços de técnicos especializados	4.654	3.492
Despesa de serviços de transportes	7.803	7.686
Despesa de viagem	1.805	2.040
Despesa de depreciação e amortização	13.213	8.434
Despesa de Lanches e Refeições	2.657	1.894
Despesa Dispendio Assistencia Social	2.179	1.825
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.793	2.394
Outras despesas administrativas	8.280	7.617
Total	110.729	89.263

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	3.014	4.167
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	44.040	42.088
Reversão de provisões operacionais	8.349	14.712
Outras rendas operacionais	2.825	3.970
Total	58.228	64.937

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.756	6.923
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	3.316	2.243
Contribuição Confederação Sicredi	17.598	16.084
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.302	2.101
Encargos da administração financeira	236	280
Repasso administradora de Cartões	788	890
Despesas com cartões	5.624	4.167
Despesas Juros e Comissões	3.040	3.178
Outras provisões operacionais	7.332	7.178
Outras despesas operacionais	5.672	4.920
Total	53.871	48.161

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	516.993	384.551
Coobrigações em cessões de crédito	3	4
Total	516.996	384.555

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

#### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>367.822</b>	294.712
<b>Nível I (NI)</b>	<b>331.714</b>	286.784
<b>Capital principal - CP</b>	<b>331.714</b>	286.784
Capital social	142.566	124.433
Reservas de capital	188.164	161.737
Lucros acumulados	12.197	12.967
Ajustes Prudenciais	(11.213)	(12.353)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>36.108</b>	7.928
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	36.108	7.928
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>2.464.468</b>	1.945.162
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	6.871	10.468
Margem de Capital (i)	102.183	80.003
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,93%	15,15%
Situação de Imobilização (Imob)	59.512	52.605
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,18%	17,85%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Moacir Niehues  
Diretor Executivo  
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach  
Diretor de Operações  
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20